COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº78 JULHO 1992

Portugal perante o acordo CE-ASEAN

Com os dias contados

Perante a contingência de ter que dar o seu aval ao novo acordo de cooperação entre a CE e a ASEAN (Association of South-East Asian Nations), o governo português tomou a iniciativa de o fazer depender de uma mudança de posição de Jacarta relativamente a Timor-Leste. Esta atitude, que só dignificou o nosso país, tem, no entanto, efeitos com os dias contados.

Rezaram as crónicas que, quando o MNE Deus Pinheiro acabou de explicar aos seus homólogos comunitários os motivos que impediam Portugal de dar o seu beneplácito ao novo acordo de cooperação entre a CE e a ASEAN - uma associação económica agrupando o Brunei, as Filipinas, a Indonésia, a Malásia, Singapura e a Tailândia -, se fez um grande silêncio na sala. Os parceiros de Portugal, provavelmente, não acreditavam que o nosso país, sempre tão prestimoso, fosse levantar obstáculos a um tão promissor acordo.

NESTE NÚMERO:
- Portugal e o acordo CE-ASEAN
- Xanana Gusmão falou ao Comité de Descolonização
- Reunião do CGI em Paris

PROMISSOR, MAS DIFÍCIL

Enquanto o acordo actualmente existente - assinado em 1980 - é uma pacífica declaração de boas intenções, o novo acordo agora em discussão - cuja assinatura está prevista para a próximo reunião interministerial a ter lugar em 28 de Outubro em Manila - contempla um empréstimo do BEI (Banco Europeu de Investimento) aos Estados membros da ASEAN e inclui cláusulas para a resolução de conflitos comerciais (o comércio CE-ASEAN passou de 8 biliões de dólares americanos em 1980 para 27 biliões em 1990, crescendo a uma taxa anual de 25% nos últimos três anos).

Mesmo antes de Portugal bloquear o prosseguimento das conversações, funcionários dos dois blocos foram incapazes de chegar a acordo sobre a inclusão de cláusulas sobre os direitos humanos e sobre o ambiente. Os ministros da ASEAN rejeitaram explicitamente qualquer relação entre estes problemas e a cooperação económica, alegando que as eventuais restrições daí resultantes violavam a sua integridade cultural.

SÓ DEPOIS DE MAASTRICHT

Segundo o **Financial Times** (26/7/92), a posição de Portugal "*é embaraçante para a CE, cujos 12 membros não conseguem chegar a acordo em como proceder, e frustrante para a ASEAN, que tinha esperanças de continuar as conversações para intensificar as relações*" entre os dois blocos.

O Comissário Europeu Abel Matutes, que já em ocasiões anteriores se notabilizara por pôr os cifrões à frente dos direitos dos povos, criticou a atitude portuguesa considerando-a lamentável. O comissário, que defende uma abordagem mais "*subtil*" às questões dos direitos humanos, acusou Portugal de, pelo facto de recusar dar o seu aval ao novo acordo, estar a minar a política da CE para a região.

Mais discreto, o MNE britânico Douglas Hurd declarou aos jornalistas à sua chegada a Kuala Lumpur, depois da pouco conseguida reunião interministerial de Manila de 25 de Julho, que o novo acordo CE-ASEAN era "*perfeitamente bom*": "*A posibilidade de se assinar o acordo nos tempos mais próximos foi bloqueada. Não houve consenso...não houve unanimidade*

entre os membros da CE. É uma pena, teremos de esperar" (Reuter, 28/7/92).

Com efeito, o ministro Hurd sabe que a atitude de Portugal só impedirá a assinatura do acordo por um curto período de tempo. A adopção do Tratado de Maastricht vai acabar com as decisões da CE tomadas por consenso, substituindo-as por decisões tomadas por maioria. E, para os Doze, como é sabido, direitos humanos em territórios onde têm (grandes) investimentos é conversa mole. Portanto, agora é só "*esperar*"...

EURODEPUTADOS PORTUGUESES EM JACARTA?

Segundo o embaixador de um país da ASEAN acreditado em Jacarta citado pela **Far Eastern Economic Review**, "*serão necessários outros 2 a 3 anos antes que Timor-Leste saia outra vez de cena*".

De acordo com este semanário, funcionários indonésios teriam afirmado que o seu país iria adoptar uma linha mais agressiva na defesa da sua política para Timor-Leste: "*Haverá uma mudança de uma postura passiva para uma abordagem mais vigorosa e sofisticada*". O MNE indonésio já contratou, entretanto, os serviços das firmas de relações públicas norte-americanas **Smith NcCabe** e **Burson Marsteller** para produzirem uma brochura em língua inglesa explicando a política indonésia para Timor-Leste.

Funcionários em Jacarta mostraram-se igualmente esperançados de que a próxima visita em Setembro de uma delegação do Parlamento Europeu, e da qual farão parte três deputados portugueses, poderá dar um empurrão ao processo de diálogo entre Portugal e a Indonésia.

Em declarações a jornalistas indonésias após a reunião de Manila, o MNE Ali Alatas afirmou que a Indonésia e os outros países membros da ASEAN lamentavam que a CE tivesse tomado esta decisão "*apenas*" porque Portugal tinha levantado objecções, sublinhando que se havia um problema entre Portugal e a Indonésia era uma questão bilateral fora do quadro das relações CE-ASEAN. O ministro mostrou-se surpreendido pelo facto de a CE poder ser "*paralizada*" por um país como Portugal. Alatas referiu as recentes declarações do MNE da Malásia Abdullah Badawi nas quais este teria dito "*esperamos que a CE não permita que Portugal obstrua os esforços para uma cooperação CE-ASEAN mais ampla*". De acordo com Alatas, "*se Portugal ou a CE começam a interferir nos assuntos innternos de um país membro da ASEAN, neste caso a Indonésia, também podemos fazer a mesma coisa por exemplo com a questão basca em Espanha, a Nova Caledónia com a França ou a Irlanda do Norte com a Grã-Bretanha*". E se isto acontecesse, acrescentou, seria certo que a cooperação ASEAN-CE "*acabaria*". Talvez, acrescentamos nós, talvez também houvesse menos três problemas por resolver... □

Xanana Gusmão ao Comité de Descolonização:

"Será que o colonialismo só tem esse significado, quando é praticado pelos brancos?"

Contando com a presença recorde de 23 peticionários, o Comité de Descolonização das Nações Unidas voltou a abordar o problema de Timor-Leste na sua reunião anual em Nova Iorque, que este ano teve lugar em 27 de Julho.

Entre os peticionários encontravam-se representantes das organizações políticas timorenses - CNRM, Fretilin e UDT -, da Amnistia Internacional e de Asia Watch, testemunhas do massacre de 12 de Novembro - os jornalistas Allan Nairn e Amy Goodman - além de activistas de organizações de solidariedade e de defesa dos direitos humanos da Austrália, Canadá, EUA, Grã-Bretanha, Holanda, Irlanda e Japão. Três deputados portugueses da defunta Comissão Eventual da AR para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste aproveitaram também a ocasião para irem até Nova Iorque.

De todas estas intervenções - que tiveram em comum a denúncia das práticas coloniais do regime indonésio em Timor-Leste, com incidência particular nos acontecimentos que envolveram e que se seguiram ao massacre de Santa Cruz - há que salientar a do Comandante Xanana Gusmão que, pela primeira vez, se dirigiu àquele areópago pela voz de José Ramos-Horta e de que aqui publicamos excertos.

TIMOR-LESTE NÃO SERÁ UMA EXCEPÇÃO NA DESCOLONIZAÇÃO DOS POVOS

"*No isolamento em que nos encontramos, desde sempre, pudemos saber que se tornou uma responsabilidade histórica deste Comité, a erradicação total do colonialismo até ao ano 2000. É, sob esta promissora visão, que o Comité de Descolonização da ONU mais se afirma como a esperança das aspirações dos Povos que continuam sob o jugo deste retrógrado sistema de dominação.*

Nas décadas que consagraram as lutas de libertação nacional, este Comité foi o forum da defesa do direito internacional dos países e povos coloniais. São as realizações históricas de libertação dos Povos oprimidos pelo colonialismo, que constituem a nossa fonte de fé e de esperança, mais ainda quando se aproxima o fim do colonialismo da face da Terra. (...).

Em toda a história da luta contra o expansionismo colonial, aos Povos oprimidos sempre foram negadas outras possibilidades que não fosse o recurso ao meio violento para fazer face ao arrogante uso da força. (...).

Contudo, estamos perante um momento histórico da humanidade assinalado por modificações políticas em várias latitudes. Estados de terror viram os seus fundamentos debilitados pela consciência democrática dos cidadãos, regimes totalitários enveredam pelo respeito dos direitos fundamentais do Homem. Também ditaduras instaladas pelo Ocidente nos países em desenvolvimento viram desabar os seus regimes perante os protestos populares. (...).

E a este Comité, quando apenas faltam 8 anos para o ano 2000, cabe, sem lugar a dúvidas, varrer da face da Terra todas as manifestações do colonialismo, pelo combate à situação ainda prevalecente nalgumas regiões, do colonialismo europeu e pelo combate às ambições expansionistas de países do 3º Mundo, como aconteceu com a China em relação ao Tibete, a Indonésia em Timor-Leste, Marrocos no Sahara Ocidental, o Iraque no Kuwait, a Turquia em Chipre. (...).

Temos a certeza de que Timor-Leste não será uma excepção na descolonização dos Povos. A Indonésia que, contra o colonialismo português, fez deste Comité o púlpito de defesa da descolonização, hoje utiliza este Comité precisamente para defender um acto de agressão colonial, de anexação e de ocupação militar, desrespeitando arrogantemente as resoluções do Conselho de Segurança. (...).".

O NACIONALISMO DOS POVOS NÃO SE MATA COM A REPRESSÃO

"O 12 de Novembro sacudiu um bocado a consciência internacional. Muitos governos, cúmplices do genocídio físico, étnico e cultural do Povo Maubere, não conseguiram, apesar de tudo, esconder o seu horror face ao massacre de Sta. Cruz. Meses volvidos, a consciência dos governantes adormeceu de novo com as perspectivas de investimento na Indonésia, aceitando a versão indonésia sobre o 'incidente' *(...).*

Muito se falou acerca do massacre de 12 de Novembro, porque as imagens revelaram o carácter da anexação de Timor-Leste. O 12 de Novembro afirmou também que o nacionalismo dos povos não se mata com a repressão nem se aliena com políticas de desenvolvimento. 40 anos depois, a Namíbia tornou-se independente, 40 anos depois desabrocharam pequenos e grandes Estados independentes, que a História, pelas mãos dos títeres, negou o seu inalienável direito à auto-determinação e independência nacional (...).".

O DIREITO DOS POVOS É INALIENÁVEL

"A Indonésia gosta de afirmar que o Povo do território já escolheu a integração e, realço, 'de livre vontade'. Se é esse o caso, porque tantas restrições a Timor-Leste? Se é esse o caso, porque tem medo de confirmar o facto sob uma supervisão internacional? Se é esse o caso, porque criou dificuldades à visita da Delegação Parlamentar Portuguesa? Porque fecha de novo o território, depois de 12 de Novembro? Porque os visitantes estrangeiros são submetidos a requisitos pró-indonésios? Porque Timor-Leste se mantém fechado a Organizações Humanitárias? Porque isso tudo se o Povo de Timor-Leste escolheu de livre vontade a integração? Porque isso tudo se, segundo as afirmações dos generais indonésios, apenas uns 'marginais' *ainda pensam na independência? (...).*

Qualquer solução para Timor-Leste deve passar pelo respeito à vontade expressa do Povo Maubere. Nós sabemos que é particularmente difícil para Jacarta uma solução que ponha em causa os fundamentais interesses do Estado indo-nésio, mas não podemos abdicar dos nossos próprios interesses, não podemos abdicar dos nossos direitos. Segundo a Carta das Nações Unidas, o direito dos Povos é inalienável. (...).".

CONTINUAMOS CONVIDANDO A INDONÉSIA PARA A MESA DAS NEGOCIAÇÕES

"O diálogo sem pré-condições pretende salvaguardar os interesses mútuos globais das partes envolvidas no conflito. O ex-MNE indonésio, Mochtar, dizia que o problema da solução residia na Cònstituição Portuguesa; nós, porém, reafirmamos que o problema está na Constituição indonésia. Pois, enquanto a Constituição Portuguesa é taxativa na defesa do direito à auto-determinação e independência nacional de Timor-Leste, a Constituição indonésia declara que Timor-Leste foi integrado na Indonésia. (...).

Tanto Portugal como o Povo Maubere estão dispostos ao diálogo. (...). Em atitude de uma já desmedida prepotência, pelo apoio fornecido pelos EUA, pelo Japão, pela Austrália e pelos países europeus, Jacarta não aceita uma 3ª parte no diálogo. Uma atitude digna dos colonialistas, uma cumplicidade digna dos imperialistas - uma e outra formas de dominação a que o Movimento dos Não-Alinhados sempre fez guerra.

É a prepotência militar dos generais de Jacarta que está manietando este Comité de Descolonização nos seus esforços para combater o colonialismo. Será que o colonialismo só tem esse significado quando é praticado pelos brancos? Ou o colonialismo é uma forma de dominação de um Povo sobre o outro? (...).

Continuamos convidando a Indonésia para a mesa das conversações e reafirmamos a nossa vontade política quanto a encontrarmos a melhor forma de equilibrarmos os interesses das partes envolvidas no conflito.

Portugal, a potência administrante reconhecida pela ONU, defende o diálogo directo com a participação timorense, sem pré-condições.

A nossa flexibilidade quanto à questão da participação timorense, visa ajudar Portugal a encarar seriamente o processo das negociações. Ontem, advogávamos o regresso de Portugal para retomar o processo de descolonização, abruptamente interrompido com a invasão do novo colonialista. Hoje, entendemos o papel da potência administrante na responsabilidade que se lhe incumbe de encontrar, com os timorenses, a fórmula que viabilize os caminhos para uma solução global e duradoura. (...).".

NUM TIMOR-LESTE INDEPENDENTE

"Nós não lutamos contra a Indonésia, nós não lutamos contra o Povo indonésio. Respeitamos a grande Nação Indonésia, respeitamos o povo irmão indonésio. (...).

Num Timor-Leste independente, todo o nosso empenhamento político será para privilegiar as relações de amizade e cooperação entre o Povo de Timor-Leste e o Povo indonésio, pela promoção de instrumentos de cooperação bilateral, no contexto de uma ASEAN fortalecida, política e economicamente, não regateando os nossos esforços para tornar a Região uma zona de paz e de prosperidade.

Um Timor-Leste independente fará parte também do Forum do Pacífico, para que, irmanados nas nossas aspirações, possamos todos, como pequenos países que somos, encontrar as melhores modalidades de cooperação com vista a levar os respectivos povos ao bem-estar social e à liberdade do espírito. (...).".

APELO FINAL

"Esperamos que os governantes indonésios entendam a nossa mensagem de paz, entendam o nosso gesto de reconciliação e entendam sobretudo que a nossa resistência não visa nem o Estado indonésio nem o Povo indonésio.

Em circunstâncias de igualdade de direitos e de deveres, saberemos honrar a amizade que a grande Nação indonésia nos oferecer.

Apelamos a este Comité de Descolonização no sentido de não poupar esforços para 'facilitar a aplicação das resoluções' *da ONU concernentes ao problema de Timor-Leste, para que, na verdade, o ano 2000 tenha algum significado para a Humanidade.".* □

Reunião do CGI em Paris:

O crime compensa... largamente

Reuniu-se em Paris, nos dias 16 e 17 de Julho, o novo forum financiador do regime indonésio. Apesar do commportamento das autoridades de Jacarta no campo dos direitos humanos, esta associação de doadores resolveu aumentar o montante do financiamento àquele regime em mais 200 milhões de dólares americanos.

IGGI, AGORA CGI

O IGGI-«Inter-Governmental Group on Indonesia» era um consórcio doador internacional, composto por 14 países e 4 agências de financiamento multilateral, liderado pela Holanda desde a data da sua criação em 1968. No seguimento de críticas feitas pelo governo deste país ao comportamento do regime indonésio em Timor-Leste aquando do massacre de Sta Cruz, este decidiu cortar com toda a ajuda vinda do seu antigo colonizador e pedir ao Banco Mundial (BM) para criar e liderar um novo consórcio financiador, o CGI-«Consultative Group on Indonesia».

Dentro da política das autoridades de Jacarta de privilegiar as agências multilaterais, em detrimento dos governos, e de fazer deminuir o peso dos ocidentais, novos agentes financiadores apresentaram-se em Paris vindos do Norte da Europa (Dinamarca, Finlândia e «Nordic Investment Bank»), do Médio Oriente («Kuwait Fund for Arab Economic Development», «Saudi Fund for Development» e «Islamic Development Bank») e da Ásia (Coreia do Sul).

Relativamente aos anteriores participantes no IGGI, apenas a Holanda esteve ausente. E não foi pelo governo holandês se ter poupado a humilhações para lá poder estar. Pouco antes da reunião de Paris o MNE holandês, Van den Broek, visitou Jacarta e, no próprio dia 16 de Julho, o PM Lubbers deslocou-se à capital francesa para apresentar cumprimentos ao ministro indonésio da Coordenação Económica, Radius Prawiro, iniciativa considerada nos meios como "extraordinária".

SEM VERGONHA NA ALGIBEIRA

No final da reunião, o BM anunciou que tinha sido atribuído ao regime de Jacarta uma ajuda financeira no montante de 4,94 biliões de dólares americanos, verba superior em 200 milhões de dólares à dada pelo IGGI o ano passado.

Embora ainda nem todos os países e agências doadoras tenham tornado público os valores da sua ajuda, é já conhecido o quantitativo de 5 Estados membros da CE - Alemanha (+78% que o ano anterior, alcandorando-se ao 3º lugar de entre os governos financiadores), Bélgica, Dinamarca, França (+59%, colocando-se em 2º lugar) e Reino Unido. A Austrália quase que dobrou o seu auxílio enquanto o Japão - de longe o governo que mais financia o regime de Jacarta - manteve o valor da sua ajuda.

Os EUA foram não só o único país que reduzíu o montante do seu financiamento como foi o único que durante a reunião de Paris abordou oficialmente a questão da violação dos direitos humanos pelas autoridades indonésias.

OS DIREITOS HUMANOS SÃO UMA QUESTÃO UNIVERSAL

Apesar dos esforços de parlamentares, grupos de solidariedade e organizações de direitos humanos - Asia Watch e Amnistia Internacional, que publicou, três dias antes da reunião, um extenso documento sobre o assunto - para sensibilizar os governos que iriam estar presentes em Paris para o comportamento das autoridades indonésias no campo dos direitos humanos, (não só em Timor-Leste mas também na Papua Ocidental, no Aceh, por toda a Indonésia), apenas a delegação norte-americana levantou formalmente a questão.

Pressionada por congressistas, tanto democratas como republicanos, e em ano de eleições, a administração Bush viu-se "obrigada" a lêr uma declaração onde exprimia a sua preocupação pelas grandes discrepâncias entre os veredictos dos civis e os dos militares nos julgamentos e pela recusa de Jacarta em prestar informações quanto aos mortos e desaparecidos no massacre de 12 de Novembro. Qualquer outra referência à prática de violação dos direitos humanos pelo regime indonésio ficou pelos bastidores.

Os grupos de solidariedade também quiseram estar presentes em Paris para lembrar aos políticos e aos «experts» em finanças que "*os direitos humanos não são um assunto interno dos Estados*". Partindo de uma iniciativa proposta pela jornalista holandesa Saskia Kouwenberg na Convenção por Timor-Leste, organizações de vários países da Europa promoveram uma concentração na capital francesa e a deslocação de uma embaixada cultural timorense àquela cidade.

Organizado pelo «Agir pour Timor», tiveram lugar, no dia 16 de Julho, duas manifestações: uma, de manhã, junto ao local onde se realizava a reunião do CGI e que contou com a presença de cerca de 150 pessoas; outra, ao fim da tarde, que juntou entre 200 a 250 pessoas e desfilou desde as proximidades da embaixada indonésia até à Praça dos Direitos Humanos no Trocadero. No dia seguinte, o grupo cultural timorense «Lifau» deu um espectáculo na Casa de Portugal.

A participação da sociedade civil francesa foi muito reduzida, apesar da distribuição de 100.000 panfletos na semana que antecedeu a iniciativa, tendo mesmo a CFDT recusado explicitamente associar-se à mesma. Do balanço que fez, «Agir pour Timor» considerou, porém, que "*a experiência ganha desta vez poderá ser útil para futuros eventos deste tipo*".□

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2ºE, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317